



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 3

2.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 27 de dezembro de 2021

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano António de Sousa Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Lúcia Oliveira (em substituição de Maria da Conceição Barradas Grilo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Filipa Viegas (em substituição de João Pedro Cachiço Ribeiro Luís, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, António Joaquim André Tavares de Oliveira, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, Marco António Serra Antunes, Diogo Aragonês (em substituição de João Paulo Carreço Brazão, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Cordas Barradas, Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Candeias Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Jorge Barradas (em representação de Henrique Manuel Esteves Santinho, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço e Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo. -----

O presidente da mesa, Luís Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi verificada a existência de quórum. Informou os membros presentes de que tinha sido eleito, bem como outros elementos, para estarem presentes na assembleia da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, a qual decorreu no dia vinte e dois de dezembro. Naquela sessão, o elemento Albano Silva (PS) foi eleito como o atual presidente da mesma. Endereçou os parabéns ao novo presidente e desejou que os trabalhos corressem da melhor forma. Referiu ainda que, na última conferência de representantes, ficou decidido que as deliberações seriam votadas no final das sessões daquela Assembleia Municipal. -----

Intervenção do público

Não houve intervenção do público. -----

Período antes da ordem do dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, António Oliveira cumprimentou os presentes e disse que o seu grupo político tinha um voto de pesar e duas saudações para apresentar à mesa.-----

Voto de pesar - Doutor Fernando Edgar Monteiro de Meireles:

“Doutor Fernando Edgar Monteiro de Meireles era natural do concelho de Penafiel, onde nasceu a 24 de março de 1932, mas foi Portalegre que escolheu para trabalhar, para viver e para constituir a sua família.

Licenciado em medicina e especialista em obstetrícia, exerceu a maior parte da sua atividade profissional na nossa cidade, em particular na Casa de Saúde Madalena Sampaio e no então Hospital Distrital de Portalegre, tendo feito parte de uma notável geração de médicos e de outros profissionais, que participou na entrada em funcionamento desta nossa unidade de saúde e que, ao longo de décadas, contribuiu para o prestígio da mesma.

Para além da inegável e sempre presente simpatia, disponibilidade e afabilidade pessoal, deixou marca pela sua competência técnica e pela sua irrepreensível conduta profissional, o que gerações consecutivas de portalegrenses de todo o distrito puderam testemunhar e, certamente, confirmam.

Tendo ocorrido o falecimento no passado dia 23 de novembro, a Assembleia Municipal de Portalegre apresenta à esposa, filhos e restante família as mais sentidas condolências, estendendo este pesar a todos os que, no Hospital Doutor José Maria Grande, com ele tiveram mais diretamente a trabalhar.”

Voto de saudação – Festas do Povo de Campo Maior:

“As Festas do Povo de Campo Maior, sem dúvida uma das maiores manifestações de cultura popular do nosso país, resultam de um mundo de esforços, de dedicação e de poesia das gentes de Campo Maior, que nos oferecem esta maravilhosa e inesquecível surpresa, este espantoso e cativante jardim que, de quando em quando, floresce nas ruas da vila raiana.

A união de um território e a comunhão dos sucessos do Alto Alentejo é essencial para o desenvolvimento da nossa região, em que as tradições devem ser assumidas, com orgulho e exemplo para as gerações futuras.

A Assembleia Municipal de Portalegre congratula-se com a recente e muito meritória classificação das Festas do Povo de Campo Maior como património cultural e imaterial da humanidade, pela UNESCO.”

Voto de saudação – 25 de novembro:

“Saudamos hoje, no ano de dois mil e vinte e um, o quadragésimo sexto aniversário do 25 de novembro.

A Assembleia Municipal de Portalegre celebra a importância histórica da vitória do movimento democrático que robusteceu e informou o espírito das instituições, garantindo o caminho por uma democracia representativa e constitucional, que transformou e evitou que a revolução portuguesa, iniciada a 25 de abril de 1974,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

incorresse na maldição de todas as revoluções, a de não acabar e que garantiu que a 25 de novembro de 75 a força e a legitimidade popular necessárias à construção da democracia moderna e pluralista, que hoje conhecemos e celebramos, abrindo caminho para a assembleia constituinte e para a constituição de 1976.

Comemorar o 25 de novembro é reafirmar o compromisso desta Câmara, com uma visão enquanto uma democracia livre e participativa, defensora de princípios universais de liberdade de expressão, pluralismo partidário, sindical e de eleições livres, e não apenas com o derrube de um regime.

A democracia e a sua instauração carecem, desde sempre, de uma sociedade civil forte e livre e de uma comunidade de cidadãos plurais, com diferentes inclinações políticas e, na sua raiz, de um debate pacífico e reflexivo, garantido através do direito e das instituições nacionais.

O 25 de novembro de 1975 veio garantir este derradeiro este último mas derradeiro passo em direção à democracia. Nesse dia, o povo português colocou-se do lado da liberdade, contra a tentativa de substituir uma ditadura por outra de sinal contrário.

Quer a abril de 74 como a 25 de novembro de 75, o povo português lutou verdadeiramente. Abril consagrou o pulsar democrático do povo português, que através dos seus militares e da corajosa ação dos capitães de abril, bem como da saída à rua dos portugueses, derrubou um regime autoritário, monolítico e caduco.

A revolução do 25 de abril, como todas as forças imensuráveis que as revoluções têm, incorreu no sério risco de se desvirtuar e desaparecer totalmente na crescente espiral de violência ideológica que os portugueses testemunharam no Verão quente de 1975.

Não nos podemos esquecer nunca que novembro garantiu que este período revolucionário não se perpetuasse e que houvesse um fim a fenómenos radicais contra a democracia, como hoje a conhecemos, como o cerco do parlamento, governos em greve, atentados bombistas ou julgamentos sumários, sem garantias processuais e capturas sem mandato.

A par do que sempre fizemos, queremos destacar nesta evocação o papel fundamental e a determinação dos militares moderados, com destaque para figuras como o general Ramalho Eanes, Jaime Neves e Tomé Pinto, cuja participação foi decisiva.

Mas sublinhamos também o papel de líderes políticos como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral, pelo seu compromisso inquebrável com os valores da liberdade e da democracia.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Portalegre assinala o 46.º aniversário do 25 de novembro como um dia histórico que repôs o custo da democratização de Portugal, ancorando-o ao modelo pluralista e democrático.”

Raúl Cordeiro cumprimentou os presentes e, acerca daquelas duas propostas, disse, em nome do seu grupo político, que se associavam à saudação feita às Festas do Povo de Campo Maior e à declaração como património da Unesco. Gostavam de acrescentar à proposta a possibilidade de ser comunicado, de formalmente à Assembleia Municipal de Campo Maior, que ali tinham aprovado o voto em causa.

Relativamente ao 46.º aniversário do 25 de novembro referiu que a história era uma questão muito importante, que não podiam desvirtuar. De geração em geração, entendia que havia a necessidade de ser feito um ponto de situação; era importante que aquela Assembleia Municipal reconhecesse que, a 30 de dezembro de 2010, tinha sido ali aprovado um voto de congratulação ao 35.º aniversário do 25 de novembro de 1975,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

apresentado por um elemento do CDS/PP e que foi aprovado com o voto do então presidente da Assembleia Municipal. Subsequentemente, o PS, no mandato anterior e numa das primeiras iniciativas, a 29/07/2018, apresentou um voto em que revogava aquela congratulação. Lembrou que o voto de congratulação também tinha sido ali aprovado. Todos já perceberam que o 25 de novembro não substituíra o 25 de abril.

Acrescentou que o primeiro voto apresentado pelo CDS, em 2010, até pretendia declarar o 25/11 como dia municipal da liberdade.

Salientou que, ao PS não fazia nenhum sentido votar uma decisão que já tinha sido revogada, no mandato anterior.

O conteúdo da moção apresentada pelo CDS/PP merecia-lhes uma discussão interessante, em todos os parágrafos, ao nível histórico. Contudo, o PS iria votar contra.

Amândio Valente cumprimentou os presentes e disse que a CDU se associava ao voto de pesar e ao voto de saudação das Festas de Campo Maior, propondo que se comunicasse aos órgãos autárquicos daquela vila. Em relação ao 25 de novembro de 75, disse que na altura teria 12 anos e nem todos pensavam da mesma maneira, mas as pessoas com que conviveu, concordou e discordou, ainda faziam o favor de serem suas amigas. Sobre 1975 seria preciso falar com os protagonistas da altura e haveria questões que, quer de conteúdo, quer de história que não batiam completamente certas, pelo que foi escrito por historiadores.

No seu entender, a democracia participativa tinha especial significado e lembrou que o 25 de novembro tinha conciliado não só a participativa como a representativa com o acordo genérico dos líderes políticos da altura, que aceitaram os resultados eleitorais.

Portanto, não iria rebater os argumentos do membro Raúl Cordeiro, mas, o general Ramalho Eanes explicou como o processo se tinha desencadeado e passou a citar: “O 25 de novembro foi um momento fraturante e eu entendo que não devemos comemorar os momentos fraturantes, Não se comemoram, recordam-se e recordam-se apenas para refletir sobre eles. No caso do 25 de novembro, devíamos refletir porque é que nós portugueses, com séculos e séculos de história, com a unidade nacional feita de uma cultura distinta e profunda chegámos à beira da guerra civil.”

Na sua opinião, comparar o 25 de abril com o 25 de novembro era um exercício puxado; o 25 de abril era uma data de festa e alegria, enquanto o de novembro foi uma situação fraturante.

Em conclusão, referiu que a CDU não acompanhava aquela saudação ao 25 de novembro.-----

Ricardo Romão cumprimentou os presentes e disse que a CLIP acompanhava, quer o voto de pesar quer a saudação às Festas do Povo de Campo Maior, sugerindo que fosse uma saudação comum a todos os grupos políticos, apresentado pela mesa.

Quanto à moção do 25 de novembro, disse que a CLIP daria liberdade de votação a cada um dos membros, mas achava que a mesma era a despropósito, porque senão corria-se ali o risco de todos os anos haver uma moção do mesmo tipo e pareceu-lhe ser uma discussão entre uns e outros, que o seu grupo não acompanhava. -----

O presidente da mesa, relativamente ao voto de saudação das Festas do Povo, disse que tinha sido enviado antecipadamente a todos os grupos municipais, para que fosse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

um voto coletivo, com as sugestões que achassem convenientes e para ser enviada, quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal de Campo Maior.-----

Ordem do dia:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

No uso da palavra, a presidente da Câmara, Fermelinda Carvalho, cumprimentou todos os presentes e, relativamente à atividade municipal, ocorrida entre outubro e dezembro, disse que, obviamente era vasta e tinha sido remetida a todos os membros daquela Assembleia. Portanto, estaria disponível para ali esclarecer qualquer dúvida existente.-

Ricardo Romão perguntou à presidente da Câmara, quanto à forma do relatório, se poderia o mesmo, de futuro, ser mais descritivo e objetivo para que se percebesse o que tinha sido tratado em determinadas reuniões, assim como de algumas situações lá espelhadas, que ainda nem sequer tinham acontecido. Sugeriu que a leitura fosse mais fácil para perceber o que se passava, mais concretamente em relação às execuções.--

A presidente da Câmara disse que, de facto, o relatório estava naquele formato porque tentaram ir de encontro ao que era habitual na Assembleia Municipal e perante o que lhes foi transmitido. Achava, inclusive, que o mesmo era complexo e excessivo. Bebeu-se alguma informação do plano de atividades e orçamento e, em certos aspetos, poderia perder-se o sentido. Relativamente à taxa de IMI, referiu que eram, em parte, apresentadas as medidas tomadas pela autarquia e que já estavam aprovadas em sede de reunião do executivo.

Havia também uma série de reuniões, informadas pelas chefias que, naturalmente, teriam a ver com cada projeto e cada procedimento, em si, mas que não considerava serem de somenos importância.

Mais disse que não ficaria fora de questão elaborar um documento mais simples, sem apontarem intenções. Quanto aos relatórios dos museus e dos equipamentos desportivos referiu que lhe foi transmitido ser normal dar tal informação na Assembleia Municipal. Entendia que não fazia nenhum mal conhecer os dados em questão.

Acrescentou que cada presidente de Câmara podia ter o seu modelo e pretendia mudar aquele, para a próxima sessão, mais simples e de acordo com a sua maneira de ver as diversas situações do concelho.-----

Amândio Valente perguntou à presidente da Câmara em que ponto estava o arrendamento do espaço à Cooper.

Perguntou também se o Museu da Igreja de São Francisco continuava fechado e sem eletricidade, bem como se o espólio do mesmo estaria em condições. -----

A presidente da Câmara disse que o arrendamento à Cooper foi um assunto que se tinha arrastado demasiado e com prejuízos para o município, visto que a autarquia investiu naquele imóvel e depois não o arrendou à Cooper. Todos sabiam que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

autarquia, ao mesmo tempo que pagava o crédito ao banco pela aquisição do novo imóvel, continuou a pagar renda do anterior imóvel, arrendado à Coopor há bastante tempo. Acrescentou que, em reunião do executivo, foi deliberado aprovar um contrato de arrendamento com a Coopor para o novo edifício e rescindir o anterior contrato do imóvel antigo.

Em relação ao Museu de São Francisco disse que continuava encerrado e sem eletricidade, por falta de pagamento. No entanto, a situação tinha de ser resolvida dentro de pouco tempo, porque o mesmo não deveria estar de portas fechadas. -----

Albano Silva cumprimentou todos os presentes e disse que a questão do relatório não seria, propriamente, de o tornar mais simples ou menos simples, mas sim por ser o primeiro do novo mandato. Não considerava mau o facto de haver informação a mais. Poderiam, eventualmente, além da informação inerente, tentar mostrar mais resultados obtidos, bem como conteúdos relevantes das reuniões efetuadas. Entendia que não se devia simplificar demasiado, pois eram importantes os conteúdos a que cresciam as informações.

Congratulou-se com a reabilitação dos fogos para dinamizar o centro histórico, bem como o facto de estar prevista a rede de corredores pedonais acessíveis, embora sem se saber ao certo para onde ou para quando.

Em relação às tapeçarias de Portalegre, salientou que tinham ficado a saber que havia um investimento com um valor superior a quatrocentos mil euros para a valorização e projeção, que considerou como boa indicação. Perante tal, desafiou o executivo a pensar em propor e candidatar as tapeçarias como valor imaterial da humanidade, pela UNESCO pois tratam-se de obras artísticas de inegável valor cultural, que projetam a cidade e poderia trazer mais visitantes ao concelho.

Acrescentou que houve alguns aspetos que os deixaram preocupados como era o caso da requalificação da Av.^a Francisco Fino e as obras nos paços do Concelho que tinham menos de um por cento de execução e o empreiteiro desistiu dos trabalhos, deixando a mesma destelhada, Quanto à taxa de ocupação do Mercado Municipal admirou-se que fosse apenas de trinta por cento. Talvez por causa da pandemia mas, no entanto, seriam precisas estratégias para melhorar a situação e a projeção do mesmo.

Relativamente à proteção civil, referiu que não se sabia, pelo relatório, como estava a coordenação municipal, nem se havia um grupo formado.

A bancada do PS propunha ao executivo a reativação do Conselho Municipal da Cultura e, na área da saúde, a construção da unidade de saúde Portus Alácer, nos Assentos, solicitando que a presidente da Câmara alterasse a parte onde constava a contrapartida nacional, que estava assumida como sendo apenas da autarquia, mas que era também da ULSNA, em iguais proporções.

Mais disse que o relatório indicava poucas orientações estratégicas e deveria ser uma questão a melhorar. Sublinhou que a população de Portalegre tinha sentido nos últimos anos um executivo muito centralizador, na pessoa da sua presidente, com relações pouco amistosas entre as forças políticas e talvez esse aspeto tivesse sido decisivo para fazer crescer a sensação de que aquele modelo político estava esgotado. Dificilmente seriam possíveis consensos para as preocupações estruturantes da cidade. Tudo aquilo resultou em fatores determinantes que contribuíram para se inverter a situação no passado dia 26 de setembro. Portanto, a população espera um caminho diferente do trilhado, até então, mas a força política que venceu as eleições não teve a maioria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

absoluta no executivo. Estava agora aberta a oportunidade para que a força política vencedora e a presidente atual, em particular, assumisse o que a população de Portalegre mais ansiava: congregar, incluir e trabalhar em conjunto no executivo municipal, para se estabelecerem coletivamente os objetivos e eixos estratégicos que podiam unir e congregar todos. Era por isso altura de construir pontes e não construir paredes, nos aspetos mais relevantes e fulcrais da gestão autárquica. Porém, em vez daquilo, a atual presidente negociou com o vereador eleito pela CLIP a sua passagem a vereador, a tempo inteiro, o que lhe daria a esperança de maioria absoluta, que o ato eleitoral não lhe tinha dado. Embora se soubesse que foram dadas justificações de excesso de trabalho, com a descentralização de competências, não deixava de ter o real significado, ali enunciado. Tal ato deixou incrédulo o parceiro de coligação, o CDS-PP, segundo o que foi dito publicamente na comunicação social, pelos dirigentes locais. Concluiu, referindo que a atual presidente da Câmara tinha perdido a oportunidade para trabalhar coletivamente nos grandes aspetos e grandes áreas estruturantes, com todas as forças políticas, bem como de se fazer um trabalho congregador, como se pedia a um presidente de uma Câmara Municipal. Optou por fazer o trabalho pela mínima maioria possível. De alguma forma, disse não à excelência dos processos coletivos para reconstruir Portalegre e optou antes por um modelo mais eficaz e facilitado para a mesma, mas com menos riqueza e mais fragilizado. Portanto, abdicou, de alguma forma, da excelência da governação aberta e democrática, que tanto Portalegre precisa para sair da difícil situação em que se encontra. O PS receava que aquele ato da presidente atual fosse marcar o mandato, indelevelmente, procurando o sofrível, em vez da excelência. Salientou que o PS iria continuar ali a dar o seu contributo construtivo, para que o concelho e a cidade pudessem ser o que todos ambicionavam. -----

A presidente da Câmara disse que não iria comentar opiniões. Todos têm direito a fazê-las. Aquilo que retinha como mais importante era a disponibilidade do PS, para colaborar, em sede da Assembleia Municipal e nas melhores soluções para Portalegre. Cada um tem a sua visão e a sua forma de trabalhar. Sublinhou que, na reunião do executivo teve oportunidade de explicar o porquê do reforço de mais um vereador e entendia ser perfeitamente normal. Os outros municípios envolventes também o tinham feito e a atual Câmara de Portalegre estava apenas com dois vereadores a tempo inteiro e precisa de mais gente para trabalhar. Achava ser uma situação aceitável e para o bem da cidade e foi feito no melhor das intenções.

Quanto aos vários considerandos feitos ao documento, destacou a fraca execução de projetos que começaram no início do ano e que, atualmente, tinham muito atraso nas obras, como no caso do edifício dos passos do concelho, Adiantou que reuniram com a empresa na semana passada, pois a preocupação naquele caso era enorme e não se deveria ter deixado chegar àquela fase, com tão baixa execução. Havia também mais obras e processos que os deixavam muito preocupados, como era exemplo a questão da candidatura para reabilitação da Escola Cristóvão Falcão, a qual tinha uma verba avultada e que estava em risco de se perder, conforme lhe foi transmitido pela CCDR. Contudo, o assunto já foi resolvido, já tinha o visto do Tribunal de Contas e a obra já estava adjudicada e os alunos iriam mudar no início do ano.

Também as obras na Av.^a Francisco Fino só tinham seis por cento de execução, quase nada. Assim como a candidatura das tapeçarias de Portalegre sem qualquer avanço; e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a reabilitação das áreas de apoio sócio cultural do CPT do Bairro do Atalaião com zero por cento de execução, etc.

Mais disse que o novo executivo entendeu dar continuidade ao que não tinham sido, propriamente, compromissos seus, mas que eram da Câmara Municipal, embora as candidaturas estivessem com um atraso enorme. Contudo, as mesmas iriam absorver uma grande parte da verba do orçamento para o próximo ano, a qual poderia ser canalizada para outros investimentos, que tinham apresentado, em sede de campanha eleitoral. O próximo ano será para concretizarem, em parte, aquilo que foi já apresentado, mas que não foi concretizado.

Relativamente às reabilitações no centro histórico, defendia que o mesmo precisava de intervenções urgentes e pretendia-se adquirir ali alguns imóveis, recuperá-los e arrendá-los. Portalegre continuava a ter problemas de insuficiência de habitações, não só para os estudantes, como para as famílias.

Quanto à descrição feita sobre o centro de saúde dos Assentos, disse haver, claramente, uma partilha de responsabilidades com a ULSNA e o autofinanciamento não era do município.

Por último disse que acolhia a vontade de reativar o conselho municipal da cultura, pois sabia que já há alguns anos que não reunia. -----

Diogo Aragonês cumprimentou todos os presentes e disse que o grupo municipal do PS, após análise do relatório, encontrou alguns pontos que lhes chamaram a atenção, como era o caso do ponto desporto e juventude. Lamentavam a decisão do atual executivo camarário de, nos pelouros distribuídos, não terem criado o pelouro da juventude e, em vez disso, terem criado o do desporto e tempos livres. O seu grupo lamentava tal facto e todos sabiam que juventude significava muito mais do que apenas tempos livres. A juventude era crescimento, aprendizagem de relacionamento com os outros, eram problemas atuais com a integração e a pressão verificada nas novas gerações, entrada no ensino superior, o primeiro emprego, a primeira habitação, etc. Portanto, a decisão tomada não seria a mais correta, pois os jovens não podem nem devem ser menosprezados, nem prejudicados.

Referiu que o ponto do Conselho Municipal da Juventude era, já há muitos anos, uma das reivindicações da JS Portalegre. Infelizmente, aquele Conselho não tinha tido qualquer tipo de informação ou atividade, nos últimos anos. Tal órgão deveria ter mais importância nas implementação das políticas para a juventude e para melhor auscultar as preocupações dos jovens do concelho: Perante tais factos, requereram à mesa que, na próxima reunião, adicionasse o ponto: “reativação do Conselho Municipal da Juventude”. O seu grupo municipal gostaria de entregar na mesa a sua proposta para aquele efeito. -----

A presidente da Câmara, em relação ao Conselho da Juventude, disse que reativar não seria bem o termo, porque o mesmo tinha de ser novamente constituído, perante um novo ciclo autárquico e com novos protagonistas. Salvo melhor opinião, achava que o mesmo teria de ser constituído, primeiro em sede de reunião de Câmara e depois aprovado, em sede daquela Assembleia Municipal. Salientou que era algo que estava no programa eleitoral e que queriam implementar, pois fazia todo o sentido. Obviamente que reconhecia a importância da juventude, tanto que reconheceu o impacto da mesma na sua candidatura, durante as eleições autárquicas, sendo sinónimo de que se revia e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

escutava os jovens. Realçou que o PSD tinha como cabeça de lista, pelo círculo eleitoral de Portalegre, um jovem. Quanto ao facto do pelouro ter ficado com aquela denominação, disse que não ser por essa falta ou entendimento que não seriam tratados os assuntos relacionados com a juventude. Seria-lhes dado sempre a atenção devida. Independentemente das idades, todos eram portalegrenses e todos mereciam que lhes fosse dada resposta às suas vontades e anseios. -----

António Oliveira, quanto à forma e conteúdo do relatório, disse que o seu grupo político também acompanhava algumas das observações ali expressas pelos intervenientes e acreditava que a presidente envidaria esforços para encontrar um melhor modelo, mais favorável à discussão, em sede daquela Assembleia.

Mais disse que das intervenções importantes ali faladas, algumas apresentavam, efetivamente, atrasos preocupantes e não podiam deixar de entrar nos eixos, com a maior celeridade possível.

Por último, quanto à questão dos pelouros no executivo, não consideravam que fosse uma solução negativa e, muito menos, que fosse algo que marcaria de forma indelével os próximos quatro anos de mandato. Tratava-se de uma decisão da presidente da autarquia, aprovada em sede de executivo da Câmara Municipal e, obviamente, acreditavam no discernimento da autarca para se encontrarem as melhores soluções para os portalegrenses, recolhendo também os contributos construtivos dos restantes grupos políticos, representados quer no executivo, quer na Assembleia Municipal. -----

A presidente da Câmara, quanto aos atrasos em algumas obras, disse que a preocupavam bastante os verificados nas piscinas municipais, na Quinta da Saúde, no Castelo, o edifício dos Paços do Concelho, etc. Sublinhou que o estado de degradação no Castelo era tão grave, que já deveria ter sido encerrado há muito mais tempo, com uma devida intervenção, para evitar prejuízos maiores, logicamente. Estava a ser feito um levantamento pelos técnicos do município, de forma a verificar-se a dimensão da recuperação do mesmo.

Agradeceu o voto de confiança do membro António Oliveira e acrescentou ser uma pessoa de consensos, com disponibilidade para falar com todas as bancadas. Já o demonstrou aquando na preparação do orçamento e plano de atividades, ao convidar todas as forças políticas, até mesmo as representadas na Câmara Municipal e nem tinha, obrigatoriamente, de o fazer.

Portanto, estaria disponível para ouvir se também existisse a mesma vontade das partes e aceitar os contributos que fossem melhores para todos. -----

Raúl Cordeiro, em relação ao Conselho Municipal da Juventude, disse haver uma lei de 2006, revista em 2012, a qual referia que aqueles Conselhos eram aprovados em Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. Solicitou à presidente da Câmara para que, logo que possível, desenvolvesse o procedimento, em sede do executivo, para ali ser deliberado, posteriormente.

Quanto ao estatuto do direito de oposição, disse discordar da autarca, porque o direito de consulta prévia do estatuto de oposição era precisamente para respeitar as forças políticas que estavam na Assembleia Municipal mas que não tinham assento no executivo. Era um direito contido no estatuto da oposição. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Adriano Bailadeira cumprimentou todos os presentes e, quanto à estrutura do relatório, disse que não iria discutir métodos, pois competia a cada executivo arranjar a forma que considerasse mais correta para fazer passar a informação, o mais concreta possível. Perguntou à presidente da Câmara se, na área da habitação social municipal, já estava a decorrer algum procedimento concursal para atribuição de habitações e se, no acordo programa “Primeiro direito à habitação”, o qual possibilitaria a reabilitação de 125 fogos de habitação social desocupados, questionou se seria aquele número, efetivamente.---

A presidente da Câmara disse não estar a decorrer nenhum procedimento concursal de momento, o que estava a ser concretizado era a atribuição de habitações do último concurso, ocorrido há muitos meses, mas que ainda não tinham sido entregues, porque não estavam prontas. Estavam a ultimar as obras, para entregar as restantes. Em relação ao acordo de colaboração, referiu que o que estava ali refletido tinha a ver com a estratégia local de habitação que o município tinha executado, o qual refletia as habitações apresentadas anteriormente, na estratégia local. Os números indicavam os fogos que precisavam de obras e as desocupadas eram apenas 3. -----

2 – Ata n.º 2, relativa à reunião extraordinária de 3 de dezembro de 2021;

Raúl Cordeiro disse que a questão já tinha ali sido discutida e voltando à deliberação que constava na página três, na qual dizia que dois elementos presentes não tinham votado, salientou que aquela figura de “não votar” não existia. Não considerava, pois, correto que aquilo constasse numa ata da Câmara Municipal. -----

O presidente da mesa disse que a ata foi escrita relatando o que se passou naquela sessão e não de outra forma. À semelhança do que foi ali referido anteriormente, sublinhou que os membros tinham liberdade para fazerem como quisessem, votando, ou não. Também existia a liberdade de votar contra a ata, cabia a cada um.-----

Raúl Cordeiro disse que nunca tinha visto escrito em nenhuma decisão, de nenhum órgão, nenhum voto que não fosse: a favor, contra ou abstenção. Inclusive, existia um hábito, em sede de reuniões de órgãos em que quando alguém se sentia impedido, por qualquer motivo, de votar, não participava na mesma e ausentava-se da sala, sem contar para o quórum da própria votação. Por outro lado, o que se estava ali a considerar, era que os membros estariam presentes e decidiram não votar. Salvo melhor opinião, disse que aquela forma jurídica não existia.-----

O presidente da mesa salientou que o que constava na ata foi exatamente o que se tinha passado e a intenção dos membros foi aquela. Quando fosse o período das deliberações, a ata seria sujeita a votações e cada um votaria como quisesse. -----

Adriano Bailadeira disse que tinha um documento em preparação para enviar posteriormente. Aconselhou que fosse consultado o gabinete jurídico da autarquia ou a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a ANAFRE e a DGAL para esclarecerem a questão. Acrescentou que estava ali presente um presidente duma junta de freguesia que tinha estado numa formação da ANAFRE, onde aquele assunto foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

referido e foi dito que, para as autarquias locais, as pessoas que não estivessem presentes nas reuniões anteriores não poderiam votar. Sublinhou que aquilo que o CPA mencionava, na sua reação, era precisamente a impossibilidade de votação, por parte de quem esteve ausente, pois não poderia atestar a veracidade, ou falta dela, numa reunião em que não esteve presente.-----

O presidente da mesa sugeriu que se retirasse o ponto da aprovação da ata, para se verificar, juridicamente, a legitimidade do mesmo.-----

3 – Alteração aos estatutos da Associação de Municípios da Serra de S. Mamede;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Albano Silva disse que a alteração àqueles estatutos tinha que ver, apenas, com uma questão de forma, pois a sede da Associação não podia variar de membro para membro, ou melhor, da localidade de cada um dos membros e tinha de estar fixa.

Mais referiu que, após estar criada, a Associação tinha imensas potencialidades e seria interessante, dentro de pouco tempo, que houvesse uma proposta para um plano de atividades da mesma, no sentido de ser encontrado o melhor caminho para a questão da Serra de São Mamede.-----

4 – Documentos das demonstrações financeiras previsionais, orçamento e PPI 2022, dos SMAT.

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

O presidente da mesa sugeriu que o ponto 4, 5 e 6 fossem discutidos em conjunto.-----

5 – Documentos das demonstrações financeiras previsionais - Balanço; Demonstração de resultados e demonstração dos fluxos de caixa 2022 dos SMAT;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

6 – Proposta ao mapa de pessoal dos SMAT 2022;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Raúl Cordeiro disse que, provavelmente, o conselho de administração dos SMAT não estaria muito confortável com aqueles documentos. Era uma questão já recorrente, nos documentos estratégicos dos serviços em causa, considerando-os pobres, em termos de visão de futuro. O seu grupo político esperava mais dum documento que devia encerrar uma estratégia relacionada com a transição energética, em especial, na questão relacionada com os transportes.

Outra das questões que não podiam deixar de apontar era a relacionada com os recursos humanos dos SMAT. Olhando para o mapa de pessoal, verificava-se um grau de envelhecimento que, a breve prazo, obrigaria a recrutamento de pessoal. Questionou qual a estratégia futura para renovação do quadro de pessoal. Mais perguntou qual era a atual situação dos motoristas e dos canalizadores, que tinham mapas de trabalho com muitas horas extraordinárias, que revelavam, ali, a falta de assistentes operacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por último, perguntou se, na área da aplicação do princípio do consumidor/pagador e das normas da ERSAR, havia já estratégia delineada. Quanto ao investimento, questionou se havia obra pensada para o futuro. -----

A presidente da Câmara disse que o orçamento dos SMAT a deixava à vontade. Obviamente que gostaria de ter outro, mas era preciso situarem-se na situação económica que os SMAT tinham. Sublinhou que não estava habituada a fazer investimentos sem ter verba para cobrir os mesmos.

Sabia, de antemão, que a transição energética era o futuro, mas também sabiam que o valor necessário para tal era bastante significativo, apesar de haver uma parte financiada. No entanto, os SMAT não tinham, atualmente, capacidade para adquirir um autocarro elétrico, nem sequer um clássico, em mercados de ocasião.

Salientou que os portugueses não queriam mais do mesmo e era necessário gerir os dinheiros públicos como se gerisse uma casa própria, um orçamento familiar.

Em relação aos recursos humanos, entendia que uma pessoa de sessenta anos não era uma pessoa velha. No privado, as pessoas também trabalhavam até aos sessenta e sete anos. Inclusive, não havia garantia de que alguém mais novo iria fazer um trabalho melhor do que aquele que tinha 60 anos.

Portanto, havia que fazer contas, porque quanto mais gente, mais dinheiro a gastar. Admitia que mais pessoas iriam fazer falta, mas o conselho de administração iria controlar a questão.

Ainda em relação a obras novas, referiu que, de momento, não havia capacidade, nem fundos comunitários que permitissem aceder a novas candidaturas. O facto do município de Portalegre não ter integrado, conjuntamente com outros municípios, uma nova empresa, naquela área, poderia condicionar algumas hipóteses de novas candidaturas, no futuro. Contudo, não havia fundos comunitários ao dispor para financiar aquele tipo de obras. -----

A vereadora Laura Galão acrescentou que a transição energética era, efetivamente, uma realidade, mas também era algo que fazia parte de um outro chavão que era a sustentabilidade ambiental. Salientou que os SMAT tinham algumas prioridades naquela área que tinham a ver com o facto de ainda não terem a totalidade da população servida com sistema de abastecimento de água em baixa. No seu entendimento, tal situação era prioridade, comparativamente à transição energética.

Quanto a novas obras, disse que tinham a remodelação, na fase II, do coletor residual da Cerquinha, que servia a zona residencial dos Assentos e do Ribeiro do Baco, com conclusão prevista para o próximo ano. A sustentabilidade ambiental sairia reforçada.

Portanto, era imperativo ter redes de saneamento adequadas para toda a população, servida com rede pública.

Mais referiu que a diferença entre a receita e os custos (300.000€) obrigava-os a encaixar prioridades e também havia um conjunto de intervenções já elencadas, mas que não tinham verbas, porque aguardavam uma oportunidade de investimento.

Relativamente à questão do autocarro, disse que os SMAT precisavam de mais meios para o serviço de transportes, mas foi entendimento do conselho de administração priorizar o abastecimento e as águas residuais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente disse que gostaria de confirmar se o movimento total anual dos SMAT era de 7.788.800,00€ e se o saldo de gerência era de 625.000,00€, pois não se conseguia perceber bem nos ficheiros recebidos. -----

A vereadora Laura Galão disse que a receita corrente dos SMAT era de 5.881.190,00€ e o saldo de gerência ainda era previsional. -----

Amândio Valente sublinhou que os SMAT teve um saldo de 625.000,00€, que passou de um ano para outro. Questionou se a prioridade era somente ir para o abastecimento de águas e se o saldo de gerência era do perímetro de dívida da Câmara. Considerou ainda que a questão da renovação da frota com autocarros mais amigos do ambiente também era uma questão urgente e era preciso saber qual a estratégia que os SMAT tinham para ultrapassar aquelas dificuldades, sem penalizar o custo da água aos portalegrenses. -----

A presidente da Câmara, em relação à renovação da frota disse uma vez mais que todos gostariam que tal fosse possível, no entanto, enquanto não existirem candidaturas mais vantajosas, não iria acontecer, porque o investimento era enorme. Salientou que a maior parte dos municípios do interior não tinham autocarros elétricos.

Quanto ao perímetro da dívida, disse que os SMAT não servia de barriga de aluguer para o endividamento da Câmara Municipal. A estratégia daquele executivo não era aumentar a dívida da autarquia, mas também não estavam só concentrado na questão da dívida, pois era importante fazer investimentos e não se perderem oportunidades de resolver situações urgentes. Quanto ao custo da água, referiu que não pretendiam tornar mais oneroso aquele serviço. -----

Raúl Cordeiro disse que não achava incompatível falar ao mesmo tempo de sustentabilidade ambiental e transição energética. Entendia que a capacidade de investimento dos SMAT resultava dos resultados transitados, sendo um movimento normal daqueles serviços. Nos resultados consolidados entre os SMAT e a Câmara, os prejuízos assim como os proveitos teriam de ser absorvidos e a questão colocada anteriormente fazia todo o sentido. Recordou que tinham tido muito más experiências em Portalegre de se absorverem nas contas consolidadas da autarquia vários prejuízos de outras entidades.

Gostaria de ver algo concreto que apontasse um caminho para a transição energética, mas tal não se vislumbrava, nem na criação de corredores de mobilidade suave, nem na revisão da rede de transportes da cidade, nem cálculos ou modelos para uma mobilidade que pudesse ser mais sustentável, do ponto de vista ambiental e energético. Poderia eventualmente estar pensado, mas não estava refletido no documento apresentado. -----

António Oliveira disse ser importante falarem sobre aqueles assuntos, com os quais os SMAT estavam confrontados. O problema era que os recursos são finitos e havia que tomar opções. Sublinhou que o PSD se sentia confortável com o documento e tinham a certeza que ao longo do mandato outro tipo de preocupações iriam ser transcritas em futuros documentos. Iriam votar favoravelmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Albano Silva disse que as questões ali levantadas eram no intuito de quererem ver uns SMAT melhores. Por outro lado, disse que haviam novos modelos de teorias de gestão de recursos humanos, que diziam que as pessoas com mais de sessenta anos deviam não só fazer o seu trabalho mas também participar na formação dos jovens assistentes operacionais e assistentes técnicos que se estavam a formar nos serviços e que com a experiência dos mais velhos viriam a ser melhores técnicos, quando tiverem quarenta anos. Portanto, aquela questão devia ser repensada e todos teriam a ganhar. -----

A presidente da Câmara salientou que não estava, de modo algum, a querer incutir ali uma forma de trabalho de exploração. Obviamente que era sensível ao facto de que um trabalhador com sessenta anos não se sentia nas melhores condições físicas, não se obrigava o mesmo a trabalhos forçados. Trabalhar até aos sessenta anos ou até mais fazia parte do país real que se tem, tanto no público como no privado. Os responsáveis dos serviços vão adequando as tarefas à idade das pessoas. Voltou a considerar que uma pessoa com sessenta anos não era velha.

Relativamente aos resultados financeiros positivos sublinhou que os dos SMAT iriam integrar os da Câmara Municipal. Independentemente de serem positivos ou negativos, referiu que iriam ser absorvidos no exercício, pois os SMAT faziam parte da autarquia. Contudo, se os resultados forem positivos, disse que não serviriam para outras intenções de aumento de dívida no município.

Salientou que, entre as prioridades estavam cerca de trinta casas, ou mais, que ainda não tinham água canalizada. Mas as verbas não davam para tudo.

Concluiu, dizendo que os SMAT tinham presente mas também tinham futuro. O governo teria de criar ali modelos de apoio mais ambiciosos e favoráveis para incentivar os municípios a adquirir os transportes mais ecológicos. -----

Amândio Valente, tendo em conta o saldo de gerência, os investimentos e que a água dava lucro, perguntou se havia hipótese de se baixar a preço da água. -----

A presidente da Câmara disse que havia hipótese, mas era uma decisão do conselho de administração dos SMAT, embora não estivesse prevista para breve.

Lembrou que iria também ser feito investimento em dois autocarros, em mercado de ocasião. -----

Raúl Cordeiro questionou a presidente da autarquia se sabia que o lucro obtido no setor das águas podia ser revertido para o dos transportes. A entidade reguladora não permitia que assim fosse, bem como no aspeto das tarifas da água.

Realçou o facto de que a última vez que o valor das tarifas foi mexido, foi no executivo anterior, mas de acordo com a normativa da entidade reguladora. Portanto, não podia haver ali estratégias eleitorais, ou outra coisa qualquer. -----

A presidente da Câmara disse que sabia, perfeitamente, que aquela questão da água era regulada, mas também sabia que havia inúmeros municípios que não cumpriam e nada acontecia. Bastava comparar-se o preço da água em todos os concelhos do distrito de Portalegre, para se chegar às devidas conclusões. Portanto, se os SMAT tivessem margem para baixar a tarifa, poderiam fazê-lo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

7 – Plano Diretor Municipal de Portalegre – alteração:

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Albano Silva, relativamente à imposição legal da redução de perímetros urbanos, disse ter ficado preocupado com a proposta do perímetro para Vale de Cavalos, para metade. Entendia que as aldeias tinham de ser atrativas para os jovens viverem, existindo loteamentos municipais que lhes permitissem lá morar.

Perguntou à autarca se não ficaria comprometido o perímetro em causa, com um corte brutal daqueles, assim como a construção do Centro de Dia, que estava pensado para aquela zona.

Perguntou ainda ao presidente da junta de freguesia de Alegrete se tinha sido confrontado com aquele corte e se estava de acordo com o mesmo. -----

A presidente da Câmara disse que o seu executivo tinha apanhado aquele assunto já na fase final e tinha decorrido um período de discussão pública. Era do conhecimento da Junta de freguesia e da anterior Assembleia Municipal.

Disse ainda que durante o decorrer da discussão pública não tinham aparecido contributos que fizessem a Câmara alterar a proposta final, aprovada por todas as entidades. -----

Albano Silva disse que a presidente da Câmara não tinha respondido às questões. ----

O presidente da mesa pediu para não entrarem em diálogo e salientou o facto de o presidente da Junta de Alegrete não estar presente, contudo foi delegada a competência para estar presente e portanto perguntou ao membro Marília Lacão se queria responder à questão. -----

Marília Lacão referiu que o processo tinha sido delegado no presidente da junta em causa e o mesmo esteve presente nas reuniões e a informação que tinham era de que nada do que ali foi falado iria ser posto em causa. -----

Albano Silva questionou como é que iria ser possível construir um loteamento naquele perímetro urbano tão ocupado. Provavelmente não valeria a pena discutirem mais aquilo e talvez, posteriormente, houvesse outras formas de tentarem perceber o projeto, noutra altura.-----

A presidente da Câmara sublinhou que aquele foi um processo que encontraram já fechado, concluído. -----

8 – Eleição um/dois presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;

Adriano Bailadeira solicitou a palavra e referiu que o grupo municipal da CLIP propôs os nomes de Francisco Carriço e Bruno Calha, para serem eleitos para aquela comissão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente perguntou se, atualmente, havia algum plano municipal de defesa da floresta e de combate a incêndios e se tinha sido revisto, uma vez que devem ser atualizados de dois em dois anos. -----

A presidente da Câmara, segundo informação que lhe foi dada, disse que o plano não estava atualizado. Contudo ira ficar revisto, brevemente. -----

Após escrutínio secreto, o resultado da votação foi a seguinte:

- Proposta A: 16 votos a favor e 11 em branco. -----

9 – Adenda aos contratos interadministrativos entre o Município e as Juntas de Freguesia;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Raúl Cordeiro disse que, embora o valor ali orçamentado para as freguesias crescesse em 10%, representava apenas 0,98% do orçamento do município. Portanto, nem sequer atingia a meta de 1% que, já de si, era insuficiente.

Chamou a atenção da presidente da autarquia para a necessidade premente, veiculada por todas as juntas de freguesia, para que aqueles contratos interadministrativos fossem revistos, porque a base de cálculo usada não era justa nem equitativa. Os critérios utilizados na mesma eram muito díspares, entre as freguesias, e beneficiavam umas, em detrimento de outras. Critérios como os da maior ou menor rede viária, os quais geravam grandes desigualdades, assim como o das que tinham maiores espaços verdes ou das que tinham espaços de fruição, como as piscinas.

O seu grupo municipal considerava que todas as freguesias deviam ter um valor mínimo que permitisse a sustentabilidade das suas despesas gerais de funcionamento.

Disse ainda que aqueles contratos tinham sido negociados ainda no mandato anterior ao anterior e não tinham evoluído conforme as exigências atribuídas às juntas de freguesia do concelho. Portanto, o PS queria ouvir, da parte da presidente, um compromisso, perante aquela Assembleia Municipal de que estaria disposta a rever os ditos contratos e que pudesse corrigir as assimetrias existentes. -----

António Oliveira congratulou a sua bancada com o facto de, ao fim de dois meses do atual mandato, ter sido possível promover a majoração em 10% do valor a transferir para as juntas de freguesia. Estava ainda certo que, ao longo do mandato se iria reforçar aquela verba, bem como articular com as juntas os contratos já existentes e melhorá-los. Quanto à verba que deveria estar ao dispor das juntas de freguesia, esperava que tanto a Câmara, como as próprias juntas, através das entidades associativas que as representavam, a ANMP e a ANAFRE, diligenciassem junto do Governo Central, para que os futuros orçamentos fossem melhorados, por via das transferências, do orçamento geral de Estado. -----

Amândio Valente disse que a CDU acompanhava o aumento generalizado de 10%, mas percebiam as dificuldades das juntas de freguesia, visto que as mesmas tinham uma relação de grande proximidade com as populações. Acreditavam e sugeriam que ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

longo do mandato houvesse maior contextualização da realidade de cada freguesia, porque aquela diferenciação positiva poderia contribuir para uma maior justiça na gestão dos recursos, entre as próprias freguesias.-----

A presidente da Câmara disse que não podiam confundir transferências de competências do município para as freguesias com aquilo que era a sustentabilidade em si, das próprias juntas de freguesia. Salientou que não competia somente à Câmara Municipal resolver a questão, mas também ao Governo, em ter a preocupação de transferir um montante superior, do que era proveniente do orçamento de Estado.

Portanto, o que estava ali em causa era o que o município não conseguia fazer, mas que acordava com cada junta para que a mesma fizesse pelo município, havendo depois o pagamento à junta. Adiantou que a autarquia tinha em mente melhorar aqueles contratos interadministrativos.

Contudo, discordava de se ter ali referido que os contratos em causa não analisavam as especificidades de cada freguesia. Com base nos critérios existentes foi criada uma fórmula e atribuída uma verba proporcional. Poderiam não ser perfeitos, mas havia um melhoramento que podia ir sendo feito à medida de todos. Acima de tudo, reconhecia a competência das juntas de freguesia para resolverem várias questões, até melhor do que o próprio município-----

Raúl Cordeiro disse que ali o fator essencial a considerar era a equidade entre as juntas de freguesia. Não se deveria tratar coisas diferentes de forma igual.

Havia juntas de freguesia do concelho que tinham funcionários pagos pela Câmara Municipal e outras que já os tiveram, mas deixaram de ter, sem ter havido qualquer esclarecimento plausível.

Portanto, uma vez que o “leme” estava em outras mãos, era boa altura para rever aquelas situações e perceber as diferenças entre umas e outras.-----

O presidente da mesa sugeriu que o debate dos pontos 10, 11, 12 e 13 da ordem do dia fosse comum, visto que eram referentes a impostos municipais

10 – Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

11 – Derrama a cobrar no ano 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

12 – Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

13 – Imposto municipal sobre imóveis (IMI) a liquidar em 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Raúl Cordeiro, pegando na questão do Imposto Municipal sobre Imóveis, lembrou que a atual presidente da autarquia, durante o programa eleitoral, anunciou aos portalegrenses a diminuição do mesmo de 0.4% para 0.3%. Acreditando que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

presidente tinha noção que tal procedimento significava uma redução de 800.000€ na receita do município. Contudo, a redução agora revelada era de 0.4% para 0.39%, o que representava cerca de 80.000€ na diminuição da receita da autarquia.

A questão concreta era de tentarem saber qual a perspetiva de a presidente diminuir o IMI aos portalegrenses, nos próximos anos do mandato.

Mais referiu que, em sede de consulta prévia e dadas as condicionantes financeiras encontradas recentemente até percebia que não fosse possível fazer mais. -----

A presidente da Câmara referiu que tinha sido uma das bandeiras da sua campanha a diminuição daquele imposto. Entendia que o IMI provocava uma grande desigualdade entre municípios de vários concelhos e era defensora da diminuição da taxa de IMI, no entanto não disse que o iria fazer de imediato. Era uma ambição sua chegar aos 0.30% no final do mandato e iria trabalhar para que assim fosse.

Sublinhou que surgiram surpresas desagradáveis, nomeadamente uma condenação referente a um problema com um loteamento, que rondava os 200.000€. -----

Raúl Cordeiro perguntou à presidente da Câmara Municipal se estaria em condições de assumir ali, perante a Assembleia Municipal, que no final do mandato o IMI seria de 0.3%. -----

A presidente da Câmara voltou a afirmar que todos os executivos, quando apresentavam um compromisso eleitoral, trabalhavam para o cumprir na íntegra. Tudo faria para que assim acontecesse e, para a própria, era um objetivo a atingir. -----

Amândio Valente, relativamente à taxa municipal de direitos de passagem, disse que a taxa máxima, prevista por lei, era de 0,25% e que seria assim aplicada no concelho, realçou que as empresas não perdiam dinheiro porque, no final da linha, eram os clientes que a pagariam.

Quanto à derrama, era uma situação com a qual a CDU não concordava, porque com a derrama a 0%, apesar de se perceber a lógica da atratividade, para fixação de empresas, entendia que apenas algumas daquelas empresas assumiriam alguma responsabilidade social, enquanto outras esperariam alguma compensação, nomeadamente ao nível do impacto ambiental.

Entendiam que as empresas com grandes lucros deviam contribuir para o tecido social, onde estavam inseridas.

Relativamente ao IRS, disse que acompanhavam a descida do imposto e achavam que o mesmo deveria ser remetido diretamente para o concelho de origem.

Quanto ao IMI, referiu que acompanhavam a ligeira descida e entendia que poderia estar na base de políticas sociais de inclusão e fixação da população. -----

Raúl Cordeiro sublinhou que o IMI, se ficasse a 0.3%, no final daquele mandato, significaria que o executivo que viesse a seguir teria menos 800.000,00€ de receita do que no exercício anterior. -----

António Oliveira, relativamente à questão anterior, disse que também significava que os portalegrenses pagariam menos aquele valor de imposto sobre os imóveis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que importava clarificar quem é que era a favor ou contra a diminuição do IMI. Realçou que, durante a campanha eleitoral, quem era contra a diminuição daquele imposto era o PS. -----

Albano Silva disse que, nos quatro pontos em debate, o PS iria votar favoravelmente.-

O presidente da mesa interrompeu os trabalhos durante 10 minutos. -----

14 – Orçamento, mapa de pessoal e plano orçamental plurianual 2022/2026 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

O presidente da mesa chamou a atenção aos membros para o facto daquele ponto estar dividido em subpontos e que as deliberações seriam em separado. -----

Raúl Cordeiro disse que aquele ponto, sendo um documento estratégico, merecia uma apresentação da presidente da Câmara Municipal. -----

A presidente da Câmara Municipal salientou os objetivos principais do documento em causa e, em primeiro lugar, o objetivo seria o cumprimento do programa eleitoral apresentado à população, o qual estava limitado pelo número de compromissos assumidos no mandato anterior, assim como pelos atrasos das obras já ali referido.

Destacou que os objetivos eram: a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, assim como aplicar uma estratégia de rigor e de contenção da despesa pública para melhorar as finanças municipais. Porém, não estaria somente concentrada na questão da dívida; aproveitar ao máximo os fundos comunitários, desde o primeiro ano; dar também uma atenção especial à reabilitação urbana e apoiar as instituições e coletividades; melhorar a limpeza no concelho; articular e reforçar o apoio às juntas de freguesia, etc.

Realçou que era preciso ter presente que o valor total da dívida do município, apurado em 30 de novembro era de 15.309.000,00€ e que a mesma poderia ser aumentada em perto 2.800.000,00€, se assim fosse a vontade da Câmara.

A receita total prevista era de 29.844.505,00€, sendo 43,1% proveniente de transferências correntes; de impostos diretos 4.680.000,00€; a venda de bens e serviços correntes cerca de 2.500.000,00€, o que dava um total de 20.461.286,00€.

Mais disse que as receitas de capital davam um total de 9.838.219,00€, sendo que a rubrica mais relevante eram as transferências de capital com 8.226.000,00€; as receitas correntes representavam 68,8% do total de receitas e as de capital 31,4%.

A nível da despesa, disse que a previsão do orçamento era a seguinte: despesas com pessoal cerca de 9.258.000,00€; aquisição de bens e serviços 6.400.000,00€; transferências correntes 1.200.000,00€ e subsídios cerca de 1,1%.

Portanto o total de despesas correntes era de 17.480.000,00€.

Em relação à aquisição de bens de capital importavam em 10.636.000,00€; as transferências de capital 96.000,00€; passivos financeiros cerca de 1.600.000,00€ e o total das despesas de capital era de 12.364.425,00€.

Em conclusão, disse que seria respeitado o equilíbrio orçamental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A nível das grandes opções do plano destacou o seguinte: para as funções sociais cerca de 8.6000.000,00€; funções gerais 1.300.00,00€; funções económicas 4.700.000,00€, devido ao elevado valor da obra da Av.^a Francisco Fino e a ampliação da zona industrial e, por fim, outras funções cerca de 2.000.000,00€.

Referiu ainda que, em termos de receita para 2022, o IMI equivalia a 3.300.000,00€; o IMT 754.00,00€; o imposto de circulação 561.000,00€ e taxas de loteamento e obras, aproximadamente, 191.000,00€.

Importava ali rever a tabela, na tentativa de diminuir o valor a cobrar a quem investia e construía em Portalegre.

Em relação ao fundo de equilíbrio financeiro importava em 7.200.000,00€; o fundo social municipal 389.000,00€; a participação fixa no IRS em cerca de 926.000,00€; a comparticipação comunitária de projetos co financiados 1.300.000,00€. Em termos de receitas correntes o total dava 20.461.000,00€.

Mais disse que as receitas de capital eram de 8.600.000,00€, o que dava um total de 29.844.000,00€.

Destacou ainda os resultados líquidos dos anos de 2020, com um resultado negativo de 1.000.000,00€ e 2021 com 2.600.000,00€ positivos e a previsão para 2022 será de 60.000,00€ positivos.

Acrescentou que os encargos com as instalações tinha um valor previsto de 1.500.000,00€.

E, por último, mencionou alguns projetos que absorviam parte significativa do orçamento: a requalificação da Escola Cristóvão Falcão (2.700.000,00€); o Centro Social e Jardim de Infância de S. Cristóvão e CPT do Atalaião, antigos Paços do Concelho, nos espaços públicos do Bairro dos Assentos, acionamento da garantia bancária para o loteamento da Ratinha, obra da Igreja do Espírito Santo de Alegrete, a requalificação da piscina municipal dos Assentos, a empreitada da expansão da zona de acolhimento empresarial (2.900.000,00€), o contrato de gestão de eficiência energética (390.000,00€), a obra do Mercado Municipal que será necessário abrir novo concurso e o centro de interpretação da Quinta da Saúde (426.000,00€).

Portanto, o seu executivo assumia o cumprimento de todos aqueles processos, alguns iniciados pelo anterior executivo, mas que, acima de tudo, eram compromissos da Câmara Municipal de Portalegre. -----

Raúl Cordeiro, em relação à metodologia que conduziu àquele documento, disse que viam com agrado o facto de a presidente ter acolhido as sugestões e ter reunido com as forças políticas ali representadas, bem como de ter dado a conhecer quais as opções e condicionantes que tinha para elaborar aquele orçamento.

No entanto, houve, à partida, três questões importantes a colocar: em primeiro, saber qual o volume das despesas de funcionamento, pessoal, etc., que estavam comprometidas, desde logo, no orçamento; outra era saber-se o volume da receita de capital, em que uma parte importante provinha de fundos comunitários (7.000.000,00€), os quais iriam acabar em 2022 e, por fim, saber qual era a base orçamental para se constituir o orçamento. Ficou-se a saber, na altura, que era cerca de 29.000.000,00€. Obviamente, o orçamento tinha de estar bem feito porque a receita tinha de ser igual à despesa.

Posteriormente, seguiu-se uma fase em que, perante os elementos apresentados, não lhes permitia trabalhar com o conforto, pelo que resolveram apresentar propostas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

incluir na elaboração do referido orçamento municipal. Contudo, ficaram admirados com a reação obtida.

Sublinhou que ao terem sido convidados para uma reunião daquele tipo, seria para apresentarem propostas, depois de feitos alguns cálculos necessários, obviamente.

Perante tal, questionou a presidente da autarquia sobre o que é que valorizava mais no orçamento, se era a receita, ou a despesa, a gestão da dívida ou até mesmo a execução orçamental.

Para o PS, um orçamento não era apenas um instrumento técnico, mas também de natureza política, que apontava um caminho e uma estratégia.

Portanto, sentia-se ali a necessidade para que, no próprio orçamento, fossem incluídas propostas que os vereadores dos diferentes grupos tinham apresentado, em sede de reunião de Câmara, merecedoras de discussão.

Pretendeu, assim, realçar ali qual tinha sido o contributo que o PS tinha dado, para o presente orçamento: "...a plurianualidade da reabilitação e reconversão do antigo edifício dos Paços do Concelho de Portalegre." A rubrica estava nas grandes opções do plano, mas apenas com verba atribuída para 2022, o que não seria possível de ser executado somente naquele ano e daí a aprovação da plurianualidade para 2023.

Outra questão foi uma rubrica, já corrigida em sede de orçamento, respeitante à construção da unidade de saúde familiar Portus Alacer. Havia ainda uma série de rubricas que tinha sido abertas, sob proposta do PS, e que foram incluídas nas GOP, sendo consideradas necessidades absolutas para a vida dos portalegrenses e que eram as seguintes: Requalificação do piso sintético do campo de treinos do estádio municipal; a requalificação dos balneários do próprio estádio municipal; a requalificação da residência de estudantes do ensino secundário, para a qual havia um programa próprio de recuperação e resiliência, com verbas adstritas para aqueles projetos e que passou a ter rubrica aberta; o projeto para a requalificação do estádio Eduardo de Sousa Lima, incluindo as bancadas e estruturas adjacentes; o projeto para a construção de passeios pedonais no Bairro do Atalaião; a requalificação dos passeios na Rua da Fontinha, na Alagoa, em que a estimativa orçamental já estava efetuada e a verba também estava inscrita na verba do ordenamento do território; outra rubrica que era a requalificação dos passeios pedonais do Bairro dos Apóstolos, na Urra e na Rua da Saudade, em Caia e, por último, a rubrica que dizia respeito à ampliação do cemitério da Urra.

Portanto, tinham sido aquelas as propostas apresentadas e aprovadas, em reunião de Câmara e havia cabimento para serem incluídas. Conforme entendeu, das palavras da presidente da autarquia, iriam ter 2.600.000,00€, em 2022, de resultados transitados o que lhes conferia algum conforto para executar algumas daquelas propostas ou outras que surgissem.

Considerou também importante a valorização do movimento associativo, o qual merecia melhor apoio da parte do município, assim como a valorização dos contratos interadministrativos, na adenda feita com as juntas de freguesia, reclamando-se mais verbas junto do Estado.

Concluiu a sua intervenção dizendo que, embora aquele não fosse o orçamento que o PS faria, se tivesse sido eleito para a Câmara Municipal, contribuiriam para o mesmo e fizeram um esforço, acreditando que ficou melhor do que se fosse na versão apresentada, originalmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara clarificou que foi com a melhor das intenções que tinha referido, em sede de reunião de Câmara, que os vereadores poderiam enviar propostas para o orçamento. Considerava que assim era o procedimento correto, todos fazerem as suas sugestões, atempadamente. Estaria sempre disponível para reunir com os vereadores e todas as forças políticas.

Sublinhou que valorizava a dívida, a receita e a taxa de execução orçamental. Tudo era importante e tudo tinha de ser avaliado, porque só assim teriam o orçamento o mais equilibrado possível.

Em relação à unidade de saúde familiar para o Portus Alacer, disse que já tinha sido explicado o lapso por não ter tido cabimentação e a questão estava resolvida.

A questão dos 300.000,00€ que estiveram em cima da mesa e a descabimentação do ano 2022 para o ano seguinte, em relação à obra dos Paços do Concelho, disse que acabaram por não os descativar. Daquele valor foram retirados 80.000,00€ para cabimentar a unidade de saúde familiar.

Efetivamente, tinham colocado no orçamento todas as propostas do PS, embora o próprio PS tivesse percebido e aceite que algumas foram cabimentadas com um euro, porque não tinha havido verba suficiente para acolher aquelas obras.

Congratulava-se com a valorização dada ao esforço do executivo no apoio financeiro ao movimento associativo de Portalegre, bem como a nível das juntas de freguesia, num reforço evidente.

Portanto, tiveram de ser feitas opções, dentro da realidade existente, que se traduziram naquele documento que ali estava.-----

Amândio Valente disse ser claramente positivo o convite feito à oposição, para a elaboração daquele orçamento e lembrou que muitas das propostas tinham sido de carácter qualitativo. A seu ver, as ações tinham de ter coerência sobre o modo de intervenção da própria autarquia e, ainda assim, a CDU também considerava positivo que aquele orçamento garantisse um apoio mínimo ao movimento associativo.

No entanto, um dos aspetos menos conseguidos era a inexistência de uma abordagem política inicial que enquadrasse o documento em causa, para uma análise sobre estratégias definidas ou os modelos de desenvolvimento associados. Entendia que estavam claros os objetivos mas não estavam claras as prioridades, nem os eixos estratégicos, que considerava fundamentais, na gestão da autarquia.

Por fim, referiu que a CDU tinha registado, negativamente, a ausência de uma rubrica orçamental para o tão discutido Espaço Robinson, a qual deveria ser preventiva, para o caso de haver um problema de deterioração dos materiais. Lembrou que a Assembleia Municipal anterior tinha aprovado uma proposta da CDU para uma auditoria, para que fossem resolvidos, duma vez por todas, os graves problemas com a Fundação Robinson. Contudo, era necessário separar a Fundação do Espaço Robinson, o qual fazia parte da memória coletiva e era um espaço dos portalegrenses. Posto aquilo, propôs, em derradeira hipótese, a criação de uma rubrica para aquele espaço.-----

A presidente da Câmara, relativamente à rubrica para o Espaço Robinson, disse que tinha sido abordada a questão e que, apesar de a CDU ter dito em reunião, resolverem não colocar nenhuma verba porque, devido ao estado de degradação do imóvel, qualquer verba atribuída seria insuficiente. Quanto à auditoria à Fundação Robinson,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

referiu que ainda não tinha conhecimento concreto se o procedimento foi, ou não, concluído.

Por último, na definição dos eixos estratégicos no documento, reconhecia que poderia e deveria ter acontecido mas era um ponto a melhorar futuramente. ----- Adriano Bailadeira, em relação aos documentos previsionais, disse que apesar de não corresponderem, na sua plenitude, ao que a CLIP ambicionava, consideravam que o mesmo contemplava as propostas feitas pelo seu grupo. Portanto, tendo em conta que as propostas tinham sido absorvidas e que o orçamento previa as iniciativas da CLIP, no anterior mandato, iriam votar favoravelmente os documentos em causa. -----

António Oliveira disse que o grupo do PSD iria, obviamente, votar a favor o documento e, de alguma forma, ia de encontro ao que eram as propostas da candidatura, traduzindo bastante preocupação, quer com o equilíbrio financeiro, quer com o rigor orçamental do município, sem descurar também uma aposta na melhoria da qualidade de vida e de trabalho das pessoas e das associações, bem como a aposta na competitividade, em termos de futuro.

Saudou o facto de ter sido possível, quer em sede das reuniões prévias existentes, quer em sede do executivo municipal, acomodar algumas propostas da oposição, o que se traduzia numa postura positiva e proactiva do atual executivo camarário e da sua presidente. -----

Albano Silva disse que o seu grupo político não iria inviabilizar o orçamento. Acrescentou que, dentro dos pontos e das propostas do PS que o executivo tinha acolhido, se quisessem trabalhar também no alojamento estudantes do ensino superior, a oportunidade estava em cima da mesa e já tinha saído a legislação inerente, a qual permitia ao município concorrer, a 100% de financiamento, para adaptação de edifícios ou frações existentes que pudessem ser utilizados como alojamento para o ensino superior, não o tendo sido anteriormente. Estava previsto para março, no PRR, o aviso para concorrer, se assim o executivo o entendesse. -----

A presidente da Câmara agradeceu a informação e disse estar atenta à situação, tendo assumido, desde logo, o compromisso. -----

O presidente da mesa agradeceu a participação de todos os intervenientes naquele ponto, assim como o espírito colaborativo de todos os grupos municipais. -----

15 – Isenção de taxas/Centro Social Diocesano de Santo António;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Raúl Cordeiro disse que, geralmente, aqueles pontos de isenção de taxas iam acompanhados do cálculo das respetivas taxas. Questionou o porquê de não estar calculado. -----

A presidente da Câmara disse que se devia ao facto daquele projeto ainda estar em fase de análise e ainda não tinha sido possível quantificar as respetivas taxas. Ali a questão era se havia, ou não, intenção de isentar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro disse ter dúvidas se estariam em condições de se poder votar o ponto sem terem o valor das taxas já calculado. -----

O presidente da mesa disse haver condições de votar, mesmo sem indicação do valor, ou se abstinham ou votariam contra. Também eram livres de fazer uma declaração de voto, se assim entendessem. -----

Albano Silva perguntou se havia problema para os proprietários daquele projeto se aquele ponto fosse aprovado, com os valores concretos, na próxima sessão daquela Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, o vice-presidente António Casanova disse que, em termos de interesse municipal, aquele projeto teve a ver com o enquadramento do regulamento, ou melhor dizendo, o promotor tinha-o entregue, foi aprovado em sede de executivo e, posteriormente em sede daquela Assembleia. No entanto, ainda não havia uma deliberação sobre o processo e era apenas para cumprir o regulamento. -----

Raúl Cordeiro disse que ninguém queria complicar a situação, contudo haviam ali duas questões a considerar: a primeira era a do interesse público, a outra era a do cálculo das taxas associadas à isenção. Portanto, se estivessem a votar pelo interesse público, era uma coisa à parte, mas o interesse público mais a isenção das taxas era diferente. Alertou para o facto de que se não se juntasse o valor das taxas a deliberação podia ser inválida, na medida em que não ficaria devidamente instruída. -----

O presidente da mesa sublinhou que o ponto poderia ser colocado a votação. Se fosse inviabilizado ou não cumprisse os termos legais, seria novamente colocado à votação.-

Albano Silva disse que o que estava em causa era a questão jurídica. Se achavam que era para votar, posteriormente, o problema ficaria na mão do executivo.-----

O presidente da mesa depreendeu das palavras do vice-presidente da Câmara Municipal que o ponto podia ser votado. -----

O vice-presidente António Casanova realçou que, assim que fosse possível, o executivo apresentaria ali o cálculo das taxas. O espaço de um mês era importante para o arranque da obra em causa. Acrescentou que a mesma iria decorrer nas instalações da Escola de Saúde de Portalegre, sendo uma edificação importante para a cidade e que iria fixar jovens e também acolher idosos. -----

O presidente da mesa manteve o ponto para votação.
Mais referiu que, conforme combinado na conferência de representantes, iriam fazer um intervalo de cinco minutos para depois passarem às deliberações dos pontos.-----

DELIBERAÇÕES:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Voto de pesar - Doutor Fernando Edgar Monteiro de Meireles

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

O presidente da mesa propôs que se fizesse um minuto de silêncio.-----

Voto de saudação – Festas do Povo de Campo Maior

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto, fazendo-o seguir para os respetivos órgãos autárquicos do município de Campo Maior. -----

Voto de saudação – 25 de novembro

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 12 votos contra, 5 abstenções e 10 a favor, rejeitar o ponto. -----

2 – Ata n.º 2, relativa à reunião extraordinária de 3 de dezembro de 2021;

O ponto 2 foi retirado da ordem do dia.-----

3 – Alteração aos estatutos da Associação de Municípios da Serra de S. Mamede;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Documentos das demonstrações financeiras previsionais, orçamento e PPI 2022, dos SMAT.

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 26 favoráveis, aprovar o ponto.-----

5 – Documentos das demonstrações financeiras previsionais - Balanço; Demonstração de resultados e demonstração dos fluxos de caixa 2022 dos SMAT;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 26 votos favoráveis, aprovar o ponto.-----

6 – Proposta ao mapa de pessoal dos SMAT 2022;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

7 – Plano Diretor Municipal de Portalegre – alteração;

- Deliberação da CMP de 06.12.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Declaração de Voto PS

“ O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre votou pela abstenção deste ponto por considerar que a alteração que está a ser votada não é suficientemente esclarecedora sobre a salvaguarda dos perímetros urbanos em algumas freguesias rurais do concelho de Portalegre, que são decisivos para o crescimento urbanístico e populacional destas freguesias.

Destaca-se a questão levantada durante a reunião e nunca respondida com clareza relativamente à planta do perímetro urbano de Vale de Cavalos, cuja diminuição para menos de metade, poderá comprometer a construção de um loteamento municipal constituído há bastantes anos e o projeto de edificação de um equipamento coletivo, com finalidade social, de apoio a idosos que se afigura como uma ambição antiga do Centro Comunitário de N. Sra. de Fátima ”.

8 – Eleição um/dois presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre, após escrutínio secreto, elegeu os presidentes de junta Francisco Carriço e Bruno Calha para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

9 – Adenda aos contratos interadministrativos entre o Município e as Juntas de Freguesia;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

10 – Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

11 – Derrama a cobrar no ano 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 26 votos a favor e 1 voto contra, aprovar o ponto. -----

12 – Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

13 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar em 2022;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

14 – Orçamento, mapa de pessoal e plano orçamental plurianual 2022/2026 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 18 votos favoráveis aprovar o orçamento e o plano de orçamento plurianual 2022-2026 -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa de pessoal do município e respetivo plano anual de recrutamento, nos termos dispostos nos artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º, da Lei Geral do Trabalho, em funções públicas, aprovado pela lei n.º 35/214, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o disposto nos artigos 3.º e 5.º, do decreto-lei n.º 209, de 3 de setembro de 2009, na sua atual redação. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 18 votos favoráveis, aprovar as grandes opções do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

plano do município, que integram o plano plurianual de investimento e as atividades mais relevantes, para 2022 a 2026. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as demonstrações financeiras previsionais de 2022 do município. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta para ser emitida autorização prévia, genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na al. c), do número 1, do artigo 6, da lei n.º 8, de 2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º, do decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delegação na presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6, da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual a assunção de compromissos plurianuais de alor inferior ao montante a que se refere a al. b), do n.º 1, do art.º 22.º, do decreto-lei 196/99, de 28 de junho, na sua redação atual.

15 – Isenção de taxas/Centro Social Diocesano de Santo António.

- Deliberação da CMP de 20.12.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Albano Silva disse que o PS apresentaria mais tarde uma declaração de voto.

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02:00 do dia vinte e oito de dezembro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

do ano de dois mil e vinte e um e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)